

ATUALIDADE ECONÔMICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Ano 13

Nº 39

Janeiro/Junho 2001

CONTEÚDO

**Suinocultura e Meio Ambiente: é possível aumentar a produção?
Caso de uma microbacia no Oeste Catarinense.**

Oldemir Chiuchetta e Celso L. Weydmann

1

**A Incubadora de Empresas: seu papel no fortalecimento das
Empresas de pequeno porte.**

Luiz Carlos de Carvalho Júnior e Arnaldo Kuroski

5

**A Formação Acadêmica do Economista e as Condições Requeridas
Para Compreensão do Ambiente Econômico em Transformação.**

Sílvio Antonio Ferraz Cário

9

Suinocultura e Meio Ambiente: é possível aumentar a produção? Caso de uma microbacia no Oeste Catarinense

Oldemir Chiuchetta e Celso L. Weydmann
Prof. Universidade do Contestado/UnC/Prof. Dep. Economia/UFSC

Introdução

A suinocultura é uma atividade que predomina na pequena propriedade e é encontrada em cerca de 3,5% dos 5,83 milhões de estabelecimentos agrícolas. A criação de suínos possibilita produzir alimento, empregar mão-de-obra familiar, gerar emprego e renda, além de auxiliar na fixação do homem no campo, contribuindo assim para reduzir o êxodo rural, portanto, tem relevância econômica e social no complexo agropecuário brasileiro.

Os dejetos da produção de suínos têm vínculo estreito com a problemática da poluição hídrica. Como Santa Catarina é o maior exportador da carne suína do Brasil, o controle ambiental é de vital importância. Mesmo assim, o “meio ambiente” não é uma preocupação prioritária para a maioria dos agricultores. Por exemplo, apesar de os produtores localizados na microbacia Arroio do Tigre na região Oeste catarinense terem realizado investimentos significativos em estocagem e contenção de dejetos por conta do *projeto microbacias*, o nível atual de contaminação das águas superficiais é superior ao verificado antes da implantação do projeto.

Diante do exposto, o presente artigo apresenta um resumo dos resultados de pesquisa¹ realizada com dados de propriedades suinícolas localizadas naquela microbacia. O estudo objetivou determinar a oferta e demanda de dejetos entre as propriedades além de otimizar a distribuição dos dejetos em forma de fertilizante e também avaliar a margem bruta da atividade. Estas informações podem subsidiar a formulação de políticas ambientais.

Metodologia e descrição da área de estudo

No mês de julho de 1999 foram feitas entrevistas com 41 produtores da microbacia que possibilitaram traçar um diagnóstico das atividades desenvolvidas, da capacidade de infra-estrutura instalada, do volume de produção, da ocupação das terras e do estoque de animais e insumos.

A microbacia ocupa 1,49% da área municipal de Concórdia e 0,05% do Oeste

¹ Ver Chiuchetta (2000).

catarinense. A área de estudo compreendeu 1030,94 hectares, usados principalmente com lavouras anuais, destacando-se a cultura do milho que ocupa 55% do total. O restante destina-se ao plantio de feijão e trigo, culturas em decadência porque possibilitam pequena agregação de valor e enfrentam o risco climático que pode levar a frustração de safra.

As principais atividades dos produtores envolvidos são suinocultura, que compõe em média 52% da renda familiar, avicultura com 24%, produção de milho com 15%, bovinocultura com 7% e, outras atividades, com 2%. Na microbacia 11 produtores atuam com unidades produtoras de leitão (UPL), 23 produzem com ciclo completo (CC) e 2 trabalham com unidades de terminação (UT). As demais 5 propriedades não tem na suinocultura uma atividade componente da renda familiar. Na média, os índices de produtividade da suinocultura ficam em torno de 20 terminados/porca/ano.

Quanto ao manejo dos dejetos, 86% das propriedades valem-se do sistema de esterqueira, enquanto as demais (14%) de bioesterqueira.

Para obter um custo mínimo com o transporte dos dejetos entre as propriedades ofertantes e demandantes na bacia foi adotado o modelo de programação linear conhecido por “What’s Best”, que permite modelar equações lineares e não lineares. Este modelo utilizou informações pertinentes aos sistemas de estocagem e armazenagem encontrados na microbacia, calculou o volume de dejetos produzido em cada propriedade bem como do conjunto das propriedades, ou seja, a oferta interna de dejetos.

O modelo também calculou a demanda de dejetos para uso como fertilizante pelas propriedades seguindo a recomendação do manual de adubação da Comissão de Fertilizante do Solo RS/SC (1995) no que se refere as necessidades de nitrogênio(N), fósforo (P) e potássio (K) para a região Sul do Brasil.

Para calcular o custo médio para transporte e distribuição de dejetos na lavoura foram considerados os distribuidores de propriedade do poder público municipal com três volumes distintos de capacidade: 2000, 3000 e 4000 litros. Outros fatores também foram considerados como o tempo para enchimento do distribuidor, tempo gasto para deslocamento do local onde estão armazenados os dejetos até a lavoura, e o tempo gasto para distribuição destes dejetos na lavoura.

Resultados e discussões

O custo médio com a distribuição do dejetos relaciona-se diretamente com a distância entre o local de armazenagem até a lavoura onde o dejetos é aplicado e também com a capacidade do distribuidor ou coletor para transporte. O custo mínimo por hectare de distribuição está representado no tabela 1, a seguir.

Tabela 1. Distância (km) e custo mínimo (R\$) com distribuição de dejetos suínos na lavoura para plantio de milho considerando um subsídio de 50% concedido pelo poder público municipal.

Distribuidor de 2000 l		Distribuidor de 3000 l		Distribuidor de 4000 l	
Distância	Custo/ha	Distância	Custo/ha	Distância	Custo/há
1	95,10	1	72,20	1	62,04
	152,10	2	110,20	2	90,54
3	209,10	3	148,20	3	119,04
		4	186,20	4	147,54
				5	176,04
				6	204,54

Fonte: Chiuchetta & Santos, 1999.

Na tabela evidencia-se que a capacidade do distribuidor determina a distância máxima viável para utilização de dejetos, em forma de fertilizante. Assim o produtor irá fazer a distribuição dos dejetos desde que o custo seja menor que o da adubação química. O custo mínimo, considerando distribuidores de 4000 litros, e 50% de subsídio concedido pelo poder público municipal, para distribuição de 11.877m³ de dejetos ofertados na microbacia, foi calculado pelo modelo no valor de R\$ 8.791,70.

De acordo com o modelo, três propriedades, entre as 41 estudadas, produziram dejetos suficientes para suas necessidades de fertilização. Das 38 propriedades restantes, 26 (68%) tiveram suas necessidades de dejetos atendidas totalmente, 7 propriedades (18%) foram atendidas parcialmente e 5 (14%) não foram atendidas dada a escassez de dejetos na microbacia.

Para que a demanda por dejetos na forma de fertilizantes fosse atendida seria necessário elevar a oferta em 29%. Isso pode acontecer pela ampliação do número de animais em estoque ou importação de dejetos, que levando em consideração as demais atividades animais existentes (aves e pecuária de corte e leite) este percentual se reduz para apenas 4,5%.

Um restrição do modelo refere-se ao fato que os resultados mostrarem-se sensíveis às flutuações do preço do combustível, indicando ser esta uma variável relevante na análise.

Conclusão

Os resultados mostram que os dejetos produzidos pela suinocultura dentro da microbacia podem ser integralmente utilizados nas próprias lavouras como fertilizante tendo em vista o custo do transporte decorrente das distâncias entre as propriedades ofertantes e as demandantes e também da capacidade do distribuidor. Portanto, existe perspectiva de que a suinocultura possa vir a ser uma atividade com muito menor poder poluente desde que haja um planejamento adequado da oferta e da demanda de

dejetos dentro da microbacia. Para isso, no caso da microbacia do Arroio do Tigre, apresentam-se três situações distintas de produtores com relação aos dejetos suínos, a destacar:

a) os produtores que possuem área suficiente de cultivo e pastagens para utilizar os dejetos como fertilizante podem usar os sistemas de armazenagem (esterqueira/bioesterqueira);

b) para os produtores que não possuem área suficiente existem duas alternativas: a primeira, armazenagem e distribuição em áreas próprias e em áreas incorporadas de vizinhos; a segunda, armazenagem e tratamento dos dejetos por meio de lagoas de decantação;

c) a terceira alternativa é para os produtores que possuem oferta sem demanda para os dejetos produzidos. Estes produtores devem utilizar o sistema de armazenagem/tratamento por meio de lagoas e terminação em camas para facilitar o transporte dos dejetos ou devem fazer a redistribuição da produção para outra propriedade ou, até mesmo, região.

Referências bibliográficas

CHIUCHETTA, O. *Otimização da Distribuição de Dejetos na Suinocultura sob a Ótica Ambiental: o caso de uma Microbacia no Oeste Catarinense*. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em Economia) – CPGE-UFSC.

CHIUCHETTA, O.; SANTOS FILHO, J. I. A taxa de câmbio e sua influência na utilização agrônômica dos dejetos suínos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE VETERINÁRIOS ESPECIALISTAS EM SUÍNOS. *Anais ...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Veterinários Especialistas em Aves (ABRAVES), out. 99. P.497-498.

COMISSÃO DE FERTILIZANTE DO SOLO-RS/SC. *Recomendação de adubação e calagem para os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina*. 3 ed. Passo Fundo: SBCS – Núcleo Regional Sul/EMBRAPA-CNPT, 1995.

A Incubadora de Empresas e seu Papel no Fortalecimento das Empresas de Pequeno Porte

Arnaldo Kuroski e Luiz Carlos de Carvalho Júnior
Mestre em Administração FURB/ Prof. Dep. Economia/UFSC

Introdução

A criação de novas empresas é uma tarefa do interesse de todos, principalmente dos governos. Atualmente, no mundo todo, a pequena empresa representa papel fundamental na economia, contribuindo significativamente para a geração de empregos, para o PIB dos países, para a exportação e geração de tecnologia. (DOLABELA, 1999).

De acordo com dados do SEBRAE (2000b), no Brasil, hoje, existem cerca de quatro milhões e meio de pequenas e médias empresas (PME) formais. Se contarmos com as rurais e as informais, esse número cresce para mais de sete milhões. A participação dessas empresas na economia brasileira distribui-se de acordo com os seguintes dados:

• Participação no número de empresas	→ 97%
• Na produção	→ 48%
• Empregos	→ 60%
• Salários	→ 42%
• Vendas no comércio	→ 72%
• Prestação de serviços	→ 56%
• Participação no PIB	→ 25%

Segundo SOUZA (1995), um dos fatores que explicam o aumento do número de pequenas empresas na economia, relaciona-se à “tendência à desverticalização das grandes empresas em direção a unidades menores – sob a mesma propriedade de capital ou não –”. A segunda tendência apontada pela autora é a da valorização das virtuais vantagens da atuação conjunta de PMEs. Ressalta a autora de que as “PMEs são funcionais com relação à atividade econômica e industrial, bem como a sua maior flexibilidade e simplicidade, isto é, a capacidade de adaptar-se às transformações conjunturais de seu ambiente e as novas exigências do mercado, etc., apesar das restrições econômicas e financeiras às quais, por definição estão submetidas.”

As empresas de pequeno porte apresentam elevada taxa de mortalidade. Segundo pesquisa realizada pelo SEBRAE, 80% das empresas nascentes, no Brasil, tanto de setores tradicionais como de base tecnológica, deixam de existir cinco anos após a sua criação.

O SEBRAE aponta alguns fatores como responsáveis pelas dificuldades encontradas na condução das atividades das empresas de pequeno porte: falta de capital de giro, falta de crédito, problemas financeiros, maus pagadores, falta de clientes, desconhecimento do mercado, concorrência muito forte, instalações inadequadas, ponto inadequado, carga tributária elevada, falta de mão-de-obra qualificada, falta de conhecimentos gerenciais, recessão econômica no país e problemas com a fiscalização. (SEBRAE, 1999).

O incentivo às pequenas empresas tem sido necessário para a revitalização da economia industrial em todos os países. O apoio à formação de empreendedores e à criação de empresas de base tecnológica tem sido adotado em políticas de desenvolvimento industrial.

O papel da incubadora junto ao empreendedor e às empresas de pequeno porte

Para dar apoio a novos empreendimentos, criou-se uma infra-estrutura denominada “incubadora”, que conta com a participação ativa da comunidade organizada que realiza pesquisas e atividades tecnológicas, bem como de universidades e outras instituições de cunho tecnológico.

De maneira geral, o termo “incubadora de empresas”, é usado para descrever vários tipos de organizações que, de uma forma ou de outra, ajudam os empreendedores a desenvolver suas idéias, desde a concepção até a comercialização, criando assim novas empresas.

As incubadoras, segundo BIANCHI apud RODRIGUES (1995):

“[...] são lugares físicos (prédios com salas especialmente preparadas), onde as novas firmas recebem suporte para diminuição de custos iniciais de implantação de negócios.”

A criação e instalação de uma incubadora é normalmente fruto de uma parceria entre órgãos do governo, empreendedores locais e instituições de ensino e pesquisa.

MEDEIROS (1998) aponta como missão das incubadoras:

“[...] funcionar como empresas de prestação de serviços que, através de parcerias e esforços compartilhados, colocando competências, instalações e infra-estrutura administrativa e operacional à disposição das empresas abrigadas, criando ambiente favorável ao surgimento e à consolidação de empreendimentos modernos e competitivos.”

O processo de incubação de empresas é um fenômeno mundial que vem se consolidando nos últimos dez anos e que no Brasil na década de 90 viveu um crescimento bastante acentuado.

O processo de incubação de empresas é entendido no Brasil como um instrumento de redução da taxa de mortalidade jurídica de PMEs, bem como de facilitador do ingresso das mesmas no mercado e o avanço tecnológico de base.

Da América Latina, o Brasil aparece como a mais antiga e fecunda experiência na área. As incubadoras brasileiras são congregadas pela Associação Nacional de

Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas – ANPROTEC.

A incubadora de empresa, na visão da ANPROTEC é: um ambiente flexível e encorajador onde são oferecidos uma série de facilidades para o surgimento e o crescimento de novos empreendimentos. Além da assessoria na gestão técnica e empresarial da empresa, a incubadora oferece a possibilidade de serviços compartilhados como laboratórios, telefone, fax, telex, xerox, correio, luz, água, segurança, aluguel de área física e outros. Assim, uma incubadora de empresas é um mecanismo, mantido por entidades governamentais, universidades, grupos comunitários, grupos de aceleração do desenvolvimento de empreendimentos (incubados ou associados) através de um regime de negócios, serviços e suporte técnico compartilhado além de orientação prática e profissional.

A ANPROTEC contabilizou, em setembro de 1997, mais de 60 incubadoras espalhadas por todas as regiões no Brasil, abrigando mais de 600 empresas que geravam aproximadamente 2.380 postos de trabalho. Das incubadoras existentes na época, 69% possuíam vínculo formal com as universidades. A maioria delas eram de base tecnológica, distribuindo-se em: 26% software, 20% eletro-eletrônica, 11% mecânica, 11% química e biotecnologia, 9% serviços especializados, 5% confecções, 2% alimentos e 12% outros. (ANPROTEC, 2000).

No final dos anos noventa, houve um crescimento na criação de novas incubadoras, incentivadas pelas próprias entidades de ensino e pesquisa e também de suportes de entidades e órgãos locais, como as prefeituras, governos estaduais, federações de indústrias, SEBRAEs regionais, IEL regionais. A nível nacional, o principal órgão incentivador é o CNPq. Atualmente no Brasil estão operando mais de 100 incubadoras de empresas, espalhadas por todo o território nacional.

MEDEIROS e ATAS (1996), listam os seguintes objetivos das incubadoras por ordem de importância:

- Incentivo ao empreendedorismo → 94,4%
- Desenvolvimento econômico regional → 79,5%
- Geração de emprego → 56,4%
- Desenvolvimento tecnológico → 55,1%
- Diversificação econômica → 38,5%
- Lucro para a incubadora → 14,1%

Partindo dos objetivos gerais e específicos apontados por MEDEIROS e ATAS (1996), as incubadoras e as empresas incubadas têm grandes chances de atingir os seguintes resultados:

1. Aumento da taxa de sobrevivência das PMEs;
2. Redução do volume de capital necessário para montar uma empresa;
3. Apoio ao desenvolvimento local e regional;
4. Aproveitamento de prédios desativados ou subutilizados;

5. Geração de produtos, processos e serviços decorrentes da adoção de novas tecnologias;
6. Adoção de novas posturas gerenciais e técnicas;
7. Implantação de redes de novos negócios;
8. Fortalecimento do espírito associativo;
9. Otimização dos recursos alocados pelos parceiros; e
10. Aumento da interação entre o setor empresarial e as instituições acadêmicas.

O sucesso de todo o sistema depende basicamente das parcerias formadas, envolvendo aspectos internos – incubadoras e incubadas – e, externos – instituições, empresas, universidades, centros de pesquisa, governos e outros – que, centrados por ações conjuntas consolidarão as incubadoras de empresas no Brasil, colocando-as como grande alavancadoras do empreendedor nacional.

Conclusão

A incubadora de empresas exerce um papel fundamental junto ao empreendedor, participando ativamente no sucesso do empreendimento, contribuindo na sua capacitação empresarial e gerencial, reduzindo conseqüentemente os níveis de mortalidade, fato este presente expressivamente nas nossas micros, pequenas e médias empresas.

O empreendedor tem na incubadora o amparo para a estruturação do seu negócio, uma adequação de custos compatível com as suas necessidades e apoio direcionado à sua formação no que tange a condução do seu negócio.

Referências

- ANPROTEC. *Pesquisa a base de dados*, [On-line]. Available: <http://www.anprotec.org.br> [2000].
- DOLABELA, Fernando Celso Chagas. *O segredo de Luísa*. São Paulo : Cultura, 1999.
- MEDEIROS, José Adelino; ATAS, Lucília. *Condomínios e incubadoras de empresas : guia do empresário*. Porto Alegre : SEBRAE IRS, 1996, p. 15-29.
- _____. *Incubadoras de empresas : lições da experiência internacional*. *Administração*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 5-20, abr./jun. 1998.
- RODRIGUES, Leonel Cezar. *Microincubamento : empreendedorismo na organização de novas empresas*. *Negócios*, Blumenau : FURB, ano 1, v. 1, n. 1, 1995.
- SEBRAE. *Pesquisa fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas*. Brasília: SEBRAE, 1999, p. 1-29.
- _____. _____. Available: http://www.sebrae_mg.org.br [2000b].

A Formação Acadêmica do Economista e as Condições Requeridas para Compreensão do Ambiente Econômico em Transformação

Silvio Antonio Ferraz Cario
Prof. Dep. Economia/UFSC

O economista é um profissional capacitado para analisar, interpretar e propor mudanças nas relações econômicas da sociedade. Na formação do economista estão presentes elementos teóricos e analíticos de Economia quanto de Sociologia, Política e História. São vários os esforços no sentido de atender os requisitos desta formação visando dar condições para compreender as modificações que ocorrem nas economias mundial e brasileira.

No âmbito da Economia, busca-se fornecer uma educação pluralista das abordagens teóricas, em que pese o predomínio do paradigma neoclássico, cuja matriz ressalta a individualismo dos agentes na maximização do lucro ou utilidade, a racionalidade perfeita em seus processos decisórios e o mercado como instância principal de reconhecimento. Paralelamente, no processo de formação do economista, procura-se fornecer conhecimento de outros paradigmas que apontam o caráter desigual das relações econômicas, e conseqüente apropriação privada de seus resultados, inexistência de neutralidade nas decisões dos agentes econômicos e a necessidade de intervenção e regulação do Estado no mercado.

No âmbito da Sociologia e da Política, a formação dos economistas incorpora saberes dessas áreas de conhecimento por tratarem de fenômenos próximos e interligados. O economista muito além de um profissional é um protagonista social e político e que suas decisões ocorrem em um ambiente do qual é parte integrante. Suas decisões afetam o processo de produção e de distribuição de bens na sociedade.

De igual importância, inclui-se uma formação relacionada com o campo da História em decorrência de que a realidade econômica é constituída de movimento, de acontecimentos e de uma dinâmica cumulativa de conhecimentos que ajudam a tomar decisões no presente. Em Economia, o passado é importante e auxilia o presente em tomadas de decisões que refletem no futuro. Com isso, requer-se conhecimento da formação e desenvolvimento histórico do capitalismo tanto em nível internacional quanto nacional e regional para se ter compreensão de seus momentos atuais.

Dado este quadro de formação, desafios são postos hoje ao economista no sentido de compreender as relações econômicas para ter capacidade de, não só analisar, discutir, como propor modificações na realidade econômica em que atua. Estes desafios são muitos devido a economia mundial passar por rápidas e importantes

transformações e evidenciar a um estágio profundo e intenso de internacionalização econômica, social, cultural e política que nos afeta direta e indiretamente.

Parte expressiva dessas transformações diz respeito aos impactos da tecnológica de base microeletrônica sobre os processos produtivos industriais. Máquinas passam a operar em um sistema produção de flexível, permitindo que firmas atendam encomendas de produtos específicos e aumentem a diversificação da produção. Em consonância com esta mudança, altera-se a forma de participação da força de trabalho no processo produtivo. O trabalhador precisa ter maior compreensão da totalidade do processo de produção. Para tanto, deve possuir nível de qualificação abrangente e estar a disposição para constante sistema de treinamento visando não só executar várias operações, bem como acompanhar as mudanças técnicas.

Neste quadro de mudanças são observadas transformações nas estruturas e nas estratégias empresariais; práticas de cooperação entre as firmas concorrentes e com fornecedores de máquinas e insumos; elevados gastos no treinamento dos trabalhadores; e forte integração entre as áreas de pesquisa e desenvolvimento, engenharia, produção e administração no âmbito interno da firma.

Estabelecem neste ambiente em mudanças, novas bases de competitividade onde, em primeiro lugar esta apresenta cada vez mais uma dimensão sistêmica, logo, não se prendendo somente na capacidade dinâmica de cada empresa, mas também dependendo de um conjunto de fatores externos, tais como a política macroeconômica – câmbio, juros, impostos -, existência de infra-estrutura física – transportes, energia, telecomunicações; e em segundo lugar, fica cada vez mais demonstrado que empresas devem aumentar a capacitação tecnológica interna e interagir com centros tecnológicos e universidades para poderem inovar em produtos e em processos produtivos.

Observa-se, neste ambiente em transformação a formação de blocos econômicos regionais, como o Nafta, Mercosul e Euromercado e os esforços recentes de constituição do Alca. Nestes espaços verificam-se intenso comércio regional em que estão presentes estratégias políticas de países que visam consolidar posição na divisão internacional do trabalho e estratégias de empresas multinacionais que buscam consolidar posição competitiva no mercado regional.

Segue-se, neste ambiente de mudanças, a constatação de acelerado processo de oligopolização das economias em escala global, onde poucas empresas dominam a maior parte da produção mundial e estabelecem plantas industriais em vários locais do globo. Neste processo destacam-se os investimentos diretos externos caracterizados por fusões e aquisições de empresas em movimento marcado pela interpenetração patrimonial, onde se cruzam investimentos de empresas de diferentes países em nome da maior valorização da riqueza capitalista.

Registra-se no quadro das grandes transformações na economia mundial, a presença de um mercado financeiro com características de alta liquidez e mobilidade que possibilita, com extrema facilidade, a mudança de posições dos aplicadores. Neste

mercado imperam especulações financeiras que podem resultar em ganhos como em perdas patrimoniais em poucas horas, poucos minutos e em poucos segundos, sem provocar, até o presente momento risco sistêmico.

Da mesma forma, a economia brasileira vem passando, a partir do limiar dos anos 90, por profundas transformações exigindo por sua vez melhor compreensão da realidade pelos economistas. As ocorrências de maior exposição à concorrência pelas empresas, estímulos à reestruturação produtiva, mudança organizacional e redução da intervenção do Estado na economia, provocaram mudanças no ambiente econômico e na estrutura produtiva.

Nos primeiros anos da década de 90, as respostas empresariais às estas ocorrências foram no sentido de manter a sobrevivência a partir de ajustes defensivos, cirúrgicos, abruptos e emergenciais, com fortes reflexos no produto, no emprego e na renda. Tais ocorrências foram pautadas sem estar atrelada a um modelo de desenvolvimento para o país, a não ser no firme propósito de estabelecer reformas de cunho liberalizantes.

A partir de 1995, porém, define-se e firma-se um modelo de desenvolvimento direcionado a aprofundar o processo de internacionalização da economia brasileira. Na visão oficial, o crescimento do país deveria ocorrer através de maior vinculação com os mercados globalizados e desregulamentados capazes de oferecerem recursos financeiros e investimentos externos. A estabilidade dos preços internos seria alcançada com a abertura do mercado, o investimento direto externo seria ampliado em face das oportunidades de negócios e o capital financeiro internacional contribuiria para o equilíbrio das contas do balanço de pagamento. Como resultado, a economia do país estaria obtendo ganhos de competitividade e criando condições para se ter maior inserção no mercado internacional.

Ao fim e ao cabo deste processo, o país obteve a estabilidade dos preços, até então não vista nas últimas duas décadas, porém não alcançou a estabilidade econômica. O país, hoje, depara com um quadro de vulnerabilidade que aponta para permanente necessidade de investimentos diretos externos, presença de capitais financeiros internacionais de perfil de curto prazo e fluxo contínuo de importações. Neste jogo, ocorrem perdas de liberdade na condução da política econômica nacional e custos elevados para ajustá-la em todo momento de instabilidade na economia mundial.

Compreender as transformações que se processam na economia mundial e as mudanças que ocorrem na política econômica nacional são desafios que estão postos para os economistas e, sobretudo para os novos formandos. Nesta perspectiva, procurem entender os determinantes, os resultados e as conseqüências para poderem fazer proposições que resultem no desenvolvimento econômico do país. Busquem inserir na agenda de discussão a necessidade de se estabelecer um projeto nacional de desenvolvimento em que se resgate a soberania e defina a inserção do país no cenário

internacional, bem como contribua para reduzir a desigualdade social e resgatar a cidadania dos excluídos.

E, por fim, procurem sempre agir dentro do senso ético no desempenho da profissão. O senso ético deve ser norteador da responsabilidade social que o economista deve ter para atuar no processo de transformação. Procurem ter condutas condizentes com a dignidade, com a justiça, com valores norteadores do comportamento humano correto.

.....

Este boletim é uma publicação do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

As idéias e opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores. Comentários e contribuições, com preferência para os que tenham a economia catarinense como objeto, podem ser enviados para: Boletim "Atualidade Econômica", Departamento de Ciências Econômicas - UFSC, Campus Universitário, 88049-970 Florianópolis SC. Tel.: (48) 331-9458. Fax: (48) 331-9776, e-mail depcnm@cse.ufsc.br.

Conselho Editorial e Técnico: *Profs. Hoyêdo Nunes Lins, José Antônio Nicolau, João R. Sanson (coord.editorial), Nildo Domingos Ouriques e Roberto Meurer,*

Secretaria: *Flori Vieira dos Santos e Roberto Carlos Alves*

Revisão de português: *Vicente V.de Bona Sartor*

Apoio: *Direção do Centro Sócio-Econômico – UFSC*